



NOME DO CANDIDATO: _____

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA
CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – QUESTÕES OBJETIVAS
CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – QUESTÃO SUBJETIVA
REDAÇÃO

ORDEM DAS QUESTÕES:

(01 - 05)
(06 - 15)
(16)



SUA PROVA

- Este caderno de prova, contém: 5 questões de língua portuguesa, 10 questões objetivas, 1 questão subjetiva e 1 redação.
- Você receberá 1 cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- O tempo disponível para a realização da prova, é de 04 horas.
- 60 minutos após o início da prova é possível retirar-se da sala.



É PROIBIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Sair de sala sem autorização do fiscal de sala.
- Levar a prova.
- Copiar o gabarito em papel, na roupa ou em qualquer parte do corpo, sendo somente permitido no local indicado na prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de respostas (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira se seus dados pessoais, nome, CPF e curso estão corretos no cartão-resposta.
- Use somente caneta esferográfica com tinta preta ou azul para preencher o cartão-resposta.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta em caso de erro.
- Preencha todo o espaço da opção escolhida para a resposta. A marcação em mais de uma opção, anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.

Boa Prova!



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto de Rubem Alves, a seguir, para responder às questões 1 e 2.

Boca e forno!

Boca e forno! - Forno! - Furtaram um bolo! - Bolo! - Farão tudo o que o seu mestre mandar? - Faremos todos, faremos todos, faremos todos... A gente brincava assim, quando era criança. O mestre cantava o refrão e os outros respondiam, repetindo a última palavra, como se fosse um eco. Sempre me perguntei sobre o sentido destas palavras. E por mais que me esforçasse, nunca encontrei sentido algum. É puro non-sense, e imagino que este brinquedo bem que poderia figurar entre os absurdos por que Lewis Carroll fez a pobre Alice passar nas suas aventuras pelo País das Maravilhas e no País do Espelho. Mas todo absurdo é apenas o avesso de uma coisa que parece lógica e racional, como o lado de trás de uma tapeçaria, escondido contra a parede. O absurdo é o avesso do mundo. Aí fiquei a me perguntar: “Este absurdo é o avesso de quê?” Veio-me, então, uma iluminação repentina: não deve ter sido por acidente que o inventor desta brincadeira, quem quer que tenha sido, deu o nome de mestre ao líder que canta o refrão, pedindo a resposta-eco-repetição das crianças. Ele deve ter sido um arguto observador das escolas, e por medo de que o seu filho viesse a ser punido por aquilo que ele, pai, estava dizendo, inventou este brinquedo, como uma parábola. O que é, precisamente, o caso das loucas histórias de Lewis Carroll. Professor da Universidade de Oxford, via os absurdos que ali aconteciam. Mas se os dissesse em linguagem clara, certamente ganharia o ódio dos colegas e a ira das autoridades, e acabaria por perder o emprego. Por isto, ele os disse de forma matreira, dissimulada: brincadeira de criança... No mundo das crianças todos os absurdos são permitidos. Acho que esta brincadeira é uma repetição do que acontece nas escolas. As crianças são ensinadas. Aprendem bem. Tão bem que se tornam incapazes de pensar coisas diferentes. Tornam-se ecos das receitas ensinadas e aprendidas. Tornam-se incapazes de dizer o diferente. Se existe uma forma certa de pensar as coisas e de fazer as coisas, por que se dar ao trabalho de se meter por caminhos não-explorados? Basta repetir aquilo que a tradição sedimentou e que a escola ensinou. O saber sedimentado nos poupa dos riscos da aventura de pensar. Não, não sou contrário a que se ensinem receitas já testadas. Se existe um jeito fácil e rápido de amarrar os cordões dos sapatos, não vejo razão alguma para submeter o aluno às dores de inventar um jeito diferente. Se existe um jeito já testado e gostado de fazer moqueca, não vejo razões por que cada cozinheiro se

sinta na obrigação de estar sempre inventando receitas novas. O saber já testado tem uma função econômica: a de poupar trabalho, a de evitar erros, a de tornar desnecessário o pensamento. Assim, aprende-se para não precisar pensar. Sabendo-se a receita, basta aplicá-la quando surge a ocasião. Senti isto muitas vezes, tentando pensar com minha filha problemas de matemática. É preciso confessar que isto já faz muito tempo, pois o que me restou de matemática já não me permite nem mesmo entender os símbolos que ela maneja. Claro que minha maneira de pensar era diferente da maneira de pensar hoje. No meu tempo ainda se cantava a tabuada... Mas o que me impressionava era a sua recusa de, pelo menos, considerar a possibilidade de que um mesmo problema pudesse ser resolvido por caminhos diferentes. Ela havia aprendido que há uma maneira certa de fazer as coisas, e que caminhos diferentes só podem estar errados. A conversa era sempre encerrada com a afirmação: “Não é assim que a professora ensina...” É como nos catecismos religiosos: o mestre diz qual é a pergunta e qual é a resposta certa. O aluno é aprovado quando repete a resposta que o professor ensinou. A letra mudou. Mas a música continua a mesma. Pois não é isto que são os vestibulares? Ao final existe o gabarito: o conjunto das respostas certas. Claro que há respostas certas e erradas. O equívoco está em se ensinar ao aluno que é disto que a ciência, o saber, a vida, são feitos. E, com isto, ao aprender as respostas certas, os alunos desaprendem a arte de se aventurar e de errar, sem saber que, para uma resposta certa, milhares de tentativas erradas devem ser feitas. Espero que haverá um dia em que os alunos serão avaliados também pela ousadia de seus voos! Teses que serão aprovadas a despeito do seu final insólito: “Assim, ao fim de todas estas pesquisas, concluímos que todas as nossas hipóteses estavam erradas!” Pois isto também é conhecimento. Escondidos em meio à vegetação da floresta, observávamos a anta que bebia à beira da lagoa. Suas costas estavam feridas, fundos cortes onde o sangue ainda se via. O guia explicou. “A anta é um animal apetitoso, presa fácil das onças. E sem defesas. Contra a onça ela só dispõe de uma arma: estabelece uma trilha pela floresta, e dela não se afasta. Este caminho passa por baixo de um galho de árvore, rente às suas costas. Quando a onça ataca e crava dentes e garras no seu lombo, ela sai em desabalada corrida por sua trilha. Seu corpo passa por baixo do galho. Mas não a onça, que recebe uma paulada. E assim, a anta tem uma chance de fugir.” Acho que a educação frequentemente cria antas: pessoas que não se atrevem a sair das trilhas aprendidas, por medo da, onça. De suas trilhas sabem tudo, os mínimos detalhes, especialistas. Mas o resto da floresta permanece desconhecido. Pela vida afora vão brincando de “Boca de forno...”

Fonte: ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3. ed. São Paulo: ARS Poética Editora, 1994.

- 1) Escolha a opção que representa a ideia central do texto:
- a) As escolas são repassadoras de conteúdos e não promovem reflexões e, por conseguinte, os alunos se acomodam e não questionam o que aprendem.
 - b) As escolas estimulam os alunos a debaterem sobre os conteúdos estudados.
 - c) Não há permanência de ideologias dominantes por parte das escolas.
 - d) Os alunos não se acomodam e, além de absorverem o conhecimento, dialogam, sugerem e inovam, buscando, assim, novas formas de saberes.
 - e) As escolas não oferecem respostas prontas e, com isso, o aluno pesquisa assuntos para ampliar seus conhecimentos e é autônomo.
- 2) Na linha em que o texto está sublinhado, há a palavra arguto. Assinale a alternativa que apresenta um sinônimo para o referido termo:
- a) Dissimulado.
 - b) Astuto.
 - c) Mentiroso.
 - d) Atrevido
 - e) Justo.
- 3) Marque a alternativa em que o verbo está empregado de modo correto:
- a) Os juízes de futebol medeiam os jogos com muita atenção.
 - b) Se você ver o Carlos, por favor, avise-o que quero falar com ele.
 - c) Fazem dez anos que ela foi estudar inglês nos Estados Unidos.
 - d) Haviam muitas pessoas no show.
 - e) Eu maqueio aquela minha cliente toda semana.
- 4) Escolha o item no qual todas as palavras estão escritas corretamente:
- a) Predeterminação, privilégio, beneficente, ascensão.
 - b) Degladiar, pretensão, excessão, vexame.
 - c) Bicabornato, ansioso, losângulo, reivindicação.
 - d) Entretenimento, jerimum, tanjerina, gratuito.
 - e) Salsicha, opnião, sombrancelha, consiliação.
- 5) Escolha a opção que apresenta uso adequado da crase:
- a) Ela se refere à essa bonita calça-comprida.
 - b) Desejamos êxito à Vossa Excelência!
 - c) Entregue o suco àquele homem que está logo ali.
 - d) Dia à dia é necessária uma alimentação saudável.
 - e) Estou viajando à Brasília com o objetivo de trabalhar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

6) Aline, segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pleiteando aposentadoria por invalidez, ingressou em juízo estadual frente a autarquia previdenciária, nos termos da Lei nº 8.213/1991. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Uma vez concedida por sentença judicial transitada em julgado, a aposentadoria por invalidez acidentária é imodificável.
- b) Independente de outros requisitos, o benefício previdenciário deverá ser concedido se demonstrada a incapacidade total e permanente para a atividade habitual, devidamente comprovada em perícia judicial.
- c) Poderá ser deferido o pleito, ainda que demonstrada a existência da doença profissional em data anterior ao ingresso no emprego atual, a depender da data de início da incapacidade a ser fixada por perícia;
- d) O benefício requerido e eventuais consectários nunca poderão superar o valor máximo de benefícios do RGPS, uma vez concedidos;
- e) Independente da espécie de segurado obrigatório, a Justiça Estadual é incompetente para a demanda, sendo irrelevante a origem e natureza da invalidez.

7) Assinale a qual princípio da Seguridade Social está ancorado o benefício previdenciário do salário-família, garantido apenas aos segurados de baixa renda:

- a) Prioridade de proteção social às famílias de baixa renda.
- b) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- c) Prévia fonte de custeio ou regra da contrapartida.
- d) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- e) Equidade na forma de participação no custeio.

8) Na organização do Estado a repartição de competências divide-se em competência material e competência legislativa. Dois princípios nortearam a repartição de competência: o princípio da predominância do interesse e o princípio da subsidiariedade, sabendo disso, assinale a alternativa correta. É da competência privativa do Município:

- a) Criar, organizar e suprimir distritos.
- b) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- c) Cuidar da saúde e assistência pública das pessoas portadoras de deficiência
- d) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- e) Promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

9) Os direitos fundamentais são baseados no princípio da dignidade da pessoa humana, tratam-se de direitos protetivos, que garantem o mínimo necessário para que um indivíduo exista de forma digna dentro de uma sociedade administrada pelo Poder Estatal. Considerando os direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

- a) As prerrogativas individuais e coletivas previstas na Constituição Federal possuem aplicação imediata e caráter relativo e, nesses termos, sobre elas não é possível incidir limitações fixadas pelos órgãos estatais.
- b) É inconstitucional a publicação, inclusive em endereço eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, por ferir o direito a privacidade.
- c) É constitucional a lei que veda, no âmbito do SUS, a internação em acomodações superiores e o atendimento diferenciado por médico do próprio SUS, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes.
- d) O servidor público ocupante de cargo efetivo, ainda que em estágio probatório, não pode ser exonerado com base em decreto que declara a desnecessidade do cargo, dispensados o contraditório e a ampla defesa.
- e) Não fere o direito à saúde, tampouco a autonomia profissional do médico, o normativo que veda, no âmbito do SUS, a assistência diferenciada mediante pagamento ou que impõe a necessidade de triagem dos pacientes em postos de saúde previamente à internação.

10) Contrato administrativo ou contrato público é o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares. A inexecução total ou parcial do contrato possibilita a sua rescisão, observadas as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Nesse sentido, não constitui motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos
- c) O atraso no início da obra, serviço ou fornecimento.
- d) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.

11) O estado X precisa adquirir determinado equipamento para uso no laboratório da Universidade Estadual. Ocorre que tal equipamento é produzido apenas por uma empresa, conforme atestado fornecido pelo órgão de registro competente. Considerando as disposições legais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de licitação unitária, em que a Administração deve abrir um procedimento simplificado e especial para a realização da aquisição.
- b) A quantidade de concorrentes não implica na forma da licitação, devendo ocorrer normalmente sem qualquer especificidade.
- c) Ocorrerá dispensa de licitação, pois é inviável a competição.
- d) A licitação é inexigível em razão da inviabilidade da competição.
- e) Trata-se de licitação deserta caso em que a Administração fica impedido de realizar a compra em razão do princípio da ampla concorrência.

12) A personalidade jurídica é o atributo pelo qual, pessoas naturais ou não possam figurar nas relações jurídicas em nome da sua sociedade. Acerca da desconsideração inversa da personalidade jurídica, pode-se afirmar:

- a) Para penhorar algum valor da sociedade, que pertença ao sócio devedor, o credor particular deverá aguardar a liquidação dela, sem poder requerê-la pessoalmente.
- b) É possível a penhora de quotas sociais de sócio por dívida particular por ele contraída, ainda que de sociedade empresária em recuperação judicial.
- c) Não é possível a penhora de quotas sociais de sócio por dívida particular por ele contraída, caso a sociedade empresária esteja em processo de falência ou de recuperação judicial.
- d) É possível a penhora de quotas sociais de sócio por dívida particular por ele contraída, ainda que de sociedade empresária em processo de falência.
- e) Apesar do Código Civil autorizar a penhora de quotas, lucros ou quinhão do sócio em caso de liquidação, o referido Código não autoriza textualmente a desconsideração inversa em seus dispositivos.

13) Sobre a desconsideração inversa da personalidade jurídica a jurisprudência nos traz que: “Desconsiderar a personalidade jurídica consiste em ignorar a personalidade autônoma da entidade moral, excepcionalmente, tornando-a ineficaz para determinados atos, sempre que utilizada para fins fraudulentos ou diferentes daqueles para os quais fora constituída, tendo em vista o caráter não absoluto da personalidade jurídica, sujeita sempre à teoria da fraude contra credores e do abuso do direito” (REsp 1.208.852/SP). Sobre o instituto pode-se afirmar:

- a) A execução de dívida particular do sócio, que recaia sobre os lucros ou a parte que lhe couber em caso de liquidação da sociedade, não se caracteriza como desconsideração inversa da personalidade jurídica, e limita-se ao quinhão do sócio executado.

- b) O ministério público não poderá requerer a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- c) Não há distinção jurídica entre a desconsideração inversa da personalidade jurídica e a execução de dívida particular de sócio insolvente, que recaia sobre o seu quinhão no patrimônio societário.
- d) A desconsideração inversa poderá ser deferida pelo juiz ainda que não haja desvio de finalidade ou confusão patrimonial, que é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- e) Em caso de desconsideração inversa da personalidade jurídica, considerando a necessidade de demonstração de abuso da personalidade jurídica, o alcance do valor cobrado do ente personificado deverá limitar-se ao quinhão que o sócio devedor tenha na sociedade.

14) Segundo o Código Civil Brasileiro, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. A existência da pessoa natural termina com a morte. Considerando o tema pessoa natural, assinale a opção certa.

- a) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, sendo a disposição irrevogável.
- b) A comoriência é uma presunção de morte simultânea, que se configura quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros.
- c) Considerando o momento no qual a pessoa natural adquire personalidade jurídica, o Código Civil Brasileiro adota a Teoria da Concepção.
- d) O domicílio do militar da Marinha é onde o navio está matriculado.
- e) Opera-se a emancipação legal a aprovação em concurso público.

15) A Advocacia Pública tem por objetivo defender, orientar e promover os interesses públicos da União, estados e dos municípios. Já a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados. Sabendo disso, considerando nosso Código de Processo Civil, assinale a opção correta:

- a) Aplica-se o benefício da contagem em dobro para a Defensoria Pública ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.
- b) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, apenas no primeiro grau, de forma integral e gratuita.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

- d) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa no exercício de suas funções.
- e) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

16) Joaquim ingressou, em 2013, com ação indenizatória em desfavor de determinada seguradora, requerendo a condenação da ré ao pagamento de danos emergentes e lucros cessantes. Ocorre que, a requerida apresentou contestação, tendo então, solicitado a realização de perícia, para verificar a real existência de lucros cessantes e qual seria o valor exato, não havendo pedido acerca de realização de instrução probatória quanto aos danos emergentes. O magistrado, no ano de 2016, entendendo que era hipótese de prolação de sentença parcial de mérito, dividiu o feito e julgou procedente, de forma antecipada, o pedido para condenar a ré a pagar o valor dos danos emergentes. A seguradora apresentou recurso de apelação, alegando que o Juiz, violou o sistema processual, ao prolatar sentença parcial de mérito, pleiteando assim a declaração de nulidade da decisão, com o conseqüente retorno dos autos à origem para o regular processamento do feito. Disserte com limite máximo de 20 (vinte) linhas, acerca da legalidade da fundamentação utilizada no pedido constante da apelação e se esse deve ser julgado procedente.
